



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003501-20.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **GIOVANI GERALDO STEPHANI**
 Requerido: **Condomínio Edifício L'RONDELLE Campinas Flat Service e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Giovani Geraldo Stephani move ação de indenização por Danos Materiais c/c Danos Morais contra Condomínio Edifício L'Hirondelle Campinas Flat Sevice, L'Hirondelle Flat Hotel e Ouropark Estacionamento do L'Hirondelle Flat. Aduz que no dia 02/04/2017 hospedou-se no L'Hirondelle Flat realizando o checkout em 03/04/2017. O veículo de sua propriedade I/HYUNDAI Tucson GLS, cor preta de placa ENP-2813 ano/ Modelo 09/10 ficou sob os cuidados da requerida Ouropark Estacionamento, de modo que a devolução ocorreria apenas ao fim de sua estadia. Findo o período de permanência, ao retomar a posse do veículo, percebeu que a lanterna direita traseira estava quebrada, bem como a lateral direita da lataria amassada e riscada e o para-choque riscado. Ao notificar os funcionários do estacionamento sobre o ocorrido, foi informado que o Boletim de Ocorrência era dispensável, e o próprio gerente do hotel esclareceu-lhe que o responsável seria identificado pelas câmeras e que o L'hirondelle Flat Hotel arcaria com os danos, o que, no entanto, não ocorreu. Feito orçamentos sobre as extensões dos danos, o menor deles apontou que os prejuízos geraram um montante de R\$ 1.703,07. Sob tais alegações, o requerente pede: a) que sejam citados os correqueridos para o comparecimento a uma audiência de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

conciliação designada; b) que seja julgada procedente a presente ação.

Nas preliminares da contestação (fls. 43/56), arguiu o correquerido Edifício L'Hirondelle ilegitimidade ativa, porque o requerente não prova ser proprietário do veículo, e ilegitimidade passiva, porque além de não guardar nexo de causalidade a conduta do condomínio com os danos ora experimentados pelo requerente, também não deve o condomínio se incumbir de uma responsabilidade que, por força contratual (fl. 96), pertence exclusivamente ao estacionamento. Ademais alega que os documentos acostados aos autos às folhas 8/10 estão completamente ilegíveis, configurando assim o cerceamento de defesa.

No tocante ao mérito, afirma que não foi apresentada prova alguma que ateste a hospedagem do requerente na data informada. Além disso, questiona não ser razoável seu equívoco sobre ser a empresa “Multipark” a administradora do estacionamento, haja vista as diferenças gritantes de cores e sinais identificativos entre as duas. Sustenta também que o *onus probandi* cabia ao requerente, mas esse não se desincumbiu de tal encargo.

Referente à indenização, assevera que há uma nítida disparidade entre o valor orçado unilateralmente com o valor real dos danos. Sob tais fundamentos pede: a) que sejam acolhidas as preliminares arguidas, extinguindo-se o feito sem julgamento do mérito; b) que seja julgada totalmente improcedente a pretensão inaugural; c) a não inversão do ônus probatório; d) em caso de condenação, que os valores sejam apenas nos limite informados nesta peça de defesa..

L'Hirondelle Hotel e Convenções apresentou contestação às folhas 115/122. Explica inicialmente que o Condomínio possui caráter misto, isso significa que é tanto residencial quanto comercial, o que possibilita aos condôminos a exploração de atividade hoteleira por meio de uma sociedade, sendo que a própria contestante “L'Hirondelle Hotel e Convenções” tem participação nessa. Acrescenta ainda que o quarto em que se hospedou a Srta. Stephanie Stephani Pozzi, filha do requerente, não faz parte daqueles que compõem o rol do hotel, e que a locação da referida unidade foi efetuada diretamente com o proprietário, o Sr. José Alberto Bento Mariano. O



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

hotel também não oferece estacionamento ou manobrista, de modo a descaracterizar qualquer relação jurídica de direito material com o requerente ou sua filha no que tange aos danos materiais sobre o veículo. Por essas razões, alega, nas preliminares, que é parte ilegítima para figurar o polo passivo da presente ação.

Além das questões suscitadas acima, aponta também a falta de documentos essenciais na instrução do feito que comprove a propriedade do veículo.

No mérito, reitera o fato de não possuir relação jurídica com o requerente e afirma que cabe a ele provar a ocorrência de algum dano indenizável e o seu nexo de causalidade. Sendo assim, pede que as preliminares sejam acolhidas com a consequente extinção do feito, e em caso de negativa, que a presente ação seja julgada totalmente improcedente.

O correquerido RR Estacionamento LTDA ME, detentor da marca Ouropark, em impugnação (fls. 155/156) alega ilegitimidade ativa, pois o requerente não logrou êxito em comprovar a propriedade do veículo, bem como questiona a falta de provas a fim de legitimar sua pretensão. Nessas circunstâncias, pede: a) o reconhecimento da ilegitimidade de partes extinguindo-se o processo; b) não sendo possível acolher as preliminares, que seja julgado totalmente improcedente.

Foi realizada audiência de tentativa de conciliação (fls.157/158) que, no entanto resultou infrutífera.

Manifestação sobre a contestação da requerida RR Estacionamento LTDA ME (fls. 159/171). Aduz o requerente que a requerida agiu de má fé, vez que não apresentou as imagens de segurança, bem como não localizou o manobrista que estacionou o veículo ou a atendente que o orientou a não fazer o B.O. Ademais, aponta o dever de inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º do CDC. Sobre o orçamento, afirma não possuir nenhuma irregularidade. Sob tais fundamentos pede: a) a juntada do documento do veículo; b) que sejam apresentadas pela requerida as imagens das câmeras de segurança; c) que seja apresentada a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

relação dos funcionários que trabalharam na data do ocorrido e que estes sejam intimados e ouvidos por este juízo; d) a condenação da requerida ao pagamento de perdas e danos.

Manifestação sobre a contestação da requerida L'Hirondelle Hotel e Convenções LTDA (fls. 172/184). Esclarece o requerente que não possui filhos, sendo que a Srta. Stephanie Stephani Pozzi é apenas sua sobrinha. Referente à culpa, afirma que a requerida possui responsabilidade sobre os danos, vez que foi ela quem alocou o espaço para a RR Estacionamentos, e por esse motivo assumiu os riscos implicantes. Ademais, no próprio site da empresa consta que ela oferece serviço de estacionamento. Alega ainda o dever de inversão do ônus da prova com fulcro no artigo 6º do CDC.

No tocante à falta de documento apresentado pelo requerente, afirma não ser isso motivo suficiente para prejudicar a requerida, vez que ela possuía meios de provar todo o alegado, mas, agindo de má fé, recusou-se a fazer. Frente a isso, requer: a) apresentação das imagens da câmera de segurança; b) condenação da requerida ao pagamento das perdas e danos sofridos pelo veículo corrigidos na forma da lei; c) que a presente ação seja julgada totalmente procedente.

Manifestação sobre a contestação da requerida Condomínio Edifício L'Hirondelle Campinas Flat Service. Referente à culpa, afirma que a requerida possui total responsabilidade sobre o ocorrido, haja vista que essa alugou seu espaço para a empresa que explora o estacionamento. Desse modo, cabe a ela fazer uma efetiva fiscalização sobre a administração bem como deve assumir os riscos advindos de tal atividade. Acrescenta também que a documentação apresentada às folhas 8/10 não estão ilegíveis, como também a defesa não foi comprometida em função disso. O fato do documento do veículo não ter sido anexado ao processo não prejudica em nada a defesa da requerida.

Sobre a questão orçamentária, sustenta o requerente que esta não se limita apenas ao custo da peça da lanterna traseira, já que a extensão dos danos inclui também o custo de outras peças avariadas, bem como a mão de obra. Por essas razões, pede: a) a apresentação das imagens



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

das câmeras de segurança da requerida; b) que a presente ação ao final seja julgada totalmente procedente, em todos os seus termos; c) a condenação da requerida ao pagamento das perdas e danos sofridos pelo veículo corrigidos na forma da lei.

Decisão (fl. 201) determinando que a distribuição do ônus da prova obedeça às regras do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Os pedidos de fl. 207 foram indeferidos (fls. 209).

Decisão (fl. 226). Foram deferidos os pedidos de fls. 222/224. Foi suspensa a audiência de instrução e julgamento.

Designação da audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de fevereiro com oitiva de testemunhas e inquirição da testemunha arrolada por precatória a fl. 244 (fl. 251).

É o relatório. Decido.

A preliminar de ilegitimidade ativa deve ser afastada ante a prova, à fl. 203, de que o autor é o proprietário do automóvel avariado.

As preliminares de ilegitimidade passiva confundem-se com o mérito e nessa sede serão apreciadas.

No mérito, cumpre afastar qualquer responsabilidade do Condomínio Edifício L'Hirondelle. De fato, o condomínio, por sua natureza jurídica, em princípio não presta serviços, no mercado de consumo, aos usuários do hotel e locatários de apartamento. Não se trata de fornecedor e, conseqüentemente, não se lhe aplica o CDC. Trata-se apenas de locador do espaço do estacionamento para a ré RR Estacionamento Ltda – ME, conforme contrato de locação de fls. 93/98. Essa circunstância não é suficiente para atrair a sua responsabilidade por danos ocorridos em veículos objeto do serviço de estacionamento em questão.

Solução distinta se impõe no que diz respeito à L'Hirondelle Hotel e Convenções LTDA e a ré RR Estacionamento LTDA ME. A primeira explora a atividade de hotelaria, ao passo que a segunda o serviço de estacionamento. Com a devida vênia, não se cogita de um



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

serviço sem o outro, nesse caso específico. O estacionamento serve-se dos hóspedes e locatários do hotel, ao passo que o hotel serve-se do estacionamento. A parceria entre as duas é inevitável e, no que diz respeito à utilidade prestada ao consumidor, trata-se de uma unidade de serviço.

Como ensina Rizzatto Nunes ao comentar o art. 20 do CDC: "(...) Contudo, é necessário fazer uma observação. Ainda que a norma esteja tratando do fornecedor direto, isso não elide a responsabilidade dos demais que indiretamente tenham participado da relação. Não só porque há normas expressas nesse sentido (art. 34 e §§ 1º e 2º do art. 25) mas também e em especial pela necessária e legal solidariedade existente entre todos os partícipes do ciclo de produção que geraram o dano (cf. o parágrafo único do art. 7º), e, ainda mais, pelo fato de que, dependendo do tipo de serviço prestado, o fornecedor se utiliza necessariamente de serviços e produtos de terceiros" (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4ª Ed. Saraiva. pp. 294).

Também não é forte, para nós, a argumentação do Hotel no sentido de que ele não teria responsabilidade porque esse apartamento específico, em que residiu a sobrinha do autor, teria sido alugado diretamente com o proprietário do flat. Isto porque ainda que essa locação da unidade tenha ocorrido dessa maneira, evidentemente que todo o conjunto de atividades coligadas prestadas pelo hotel foram prestadas em favor da sobrinha do autor, entre os quais exatamente o de estacionamento. Não há dúvida de que o serviço de hotelaria está associado à locação do apartamento nesse caso.

Há, pois, responsabilidade dos dois réus em questão, na forma do art. 20 do CDC.

A propósito, houve nos autos inversão do onus probatório, conforme decisão de folha 201, de modo que cabia aos requeridos a prova da inexistência da falha na prestação dos serviços que prestam de modo coligado aos hóspedes e locatários de apartamentos no flat.

Todavia, os requeridos não lograram êxito nesse sentido.

O relato da sobrinha do autor, folhas 300/301, foi muito claro e objetivo quanto à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ocorrência do dano no período em que o veículo estava sob a guarda e depósito do estacionamento, e portanto objeto do serviço prestado por este e pelo hotel de modo coligado.

Por outro lado, como referido pela referida informante, houve resistência por parte dos réus em fornecerem as gravações das câmeras, que poderiam eventualmente favorecer a tese dos réus em sentido contrário ao indicado na exordial.

O relato da testemunha ouvida por precatória, funcionário do estacionamento, no sentido de que não recebeu qualquer reclamação ou solicitação de gravações no dia, não conflita com a prova acima mencionada, porque claramente o funcionário em questão falou por si: ele é que não recebeu qualquer reclamação ou solicitação.

Todavia, com mencionado pela sobrinha do autor, no presente caso essa solicitação e reclamação foram feitas à recepção do hotel, funcionária Vanessa, e ao gerente do hotel, o que é suficiente para retirar a importância do depoimento do preposto do estacionamento.

Firma-se, assim, a responsabilidade das rés mencionadas.

Quanto à controvérsia do valor da indenização, foram trazidos três diferentes orçamentos (fls. 5/7) os quais demonstram os respectivos valores das peças avariadas bem como o custo da mão de obra. O menor dos orçamentos apontou um montante de R\$ 1.703,07, e deve ser admitido, ante a compatibilidade entre esses orçamentos e os danos no veículo, assim como diante da ausência de qualquer prova no sentido de que seria um preço não condizente com os praticados no mercado.

Posto isto, reconheço a ilegitimidade passiva ad causam de Condomínio Edifício L'Hirondelle Campinas Flat Sevice e, na parte remanescente, julgo procedente a ação para condenar os réus L'Hirondelle Hotel e Convenções LTda e RR Estacionamento LTDA ME, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 1.703,07, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 05.04.2017, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau (art. 55, L. 9099/95).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.I.

São Carlos, 11 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**